

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0007248-12.2016.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
Requerente: **HENRIQUE OLIVEIRA MARQUES**
Requerido: **B2W Companhia Global do Varejo - Americanas.com e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido da primeira ré um notebook fabricado pela segunda ré.

Alegou que no produto havia pré-instalado o software Windows, o qual não é de seu interesse, pois faz uso de outro que tem mesma finalidade.

Solicitou assim a restituição do valor equivalente ao software mas não teve êxito.

Afasto, inicialmente, a preliminar de ilegitimidade passiva aventada por B2W Companhia Digital pois essa se inseriu na cadeia


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

de prestadores do serviço/fornecedores do bem, de forma que responde o consumidor de forma solidária.

As demais preliminares da ré Samsung entrosam-se com o mérito e como tal serão apreciadas.

No mérito, a pretensão deduzida não pode prosperar.

O sistema operacional que acompanhou o produto é do tipo OEM licença que acompanha o produto aguardando a ativação do usuário.

Essas licenças conforme se extrai das fls. 21 são frutos do contrato entre a fabricante do notebook e a fabricante do software: *“O contrato estabelecido para uso de tal licença é firmado entre o fabricante do produto e a desenvolvedora do software e o preço cobrado não inclui a licença pois quando o OEM cria um novo PC, a chave do produto é injetada na placa-mãe, e não pode ser utilizado em outro computador”*

Como se não bastasse, em momento algum ficou configurado que houve venda casada. O preço pago pelo produto nada distingue em relação ao montante pago pelo notebook e o software respectivo, não havendo qualquer cobrança a esse título por parte das rés.

Ademais a informação relativa ao software que acompanha o produto são claras e específicas, não se envolvendo dificuldade alguma para entendimento.

Diante desse panorama, reputo que inexistente amparo à postulação do autor.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intuem-se.

São Carlos, 25 de janeiro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**